

**REVISÃO TEÓRICA PRELIMINAR SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE
NATUREZA À LUZ DO CAPITALISMO**

PRELIMINARY THEORETICAL REVIEW ON THE RELATIONSHIP SOCIETY-NATURE IN THE LIGHT OF
CAPITALISM

Erica Saane Miranda Alves

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Rua Tomaz Guimarães, s/n. Derba, Senhor do Bonfim –
BA. CEP: 48970-000. E-mail: ericasaan@hotmail.com

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Rua Tomaz Guimarães, s/n. Derba, Senhor do Bonfim –
BA. CEP: 48970-000. E-mail: pedro.nobrega@univasf.edu.br

Resumo

Este artigo tem como princípio norteador demonstrar que o desenvolvimento da história do homem na terra passa necessariamente pela compreensão da sua relação com a natureza e com o meio. Ao se debruçar no entendimento dos fundamentos da relação do homem com a natureza, percebe-se que ela remonta a uma relação de equilíbrio e ao mesmo tempo de temor em que a natureza “impunha” limite a ação do homem, baseada no imaginário da natureza como um ser consciente de si mesmo. Ao tentar identificar como a relação da sociedade com a natureza foi constituída, percebeu-se que quando o homem afastou sua sensibilidade e espiritualidade da natureza, ele perdeu o medo e se reconheceu como ser superior, que poderia transformar e modificar o seu meio, a partir daí o homem não parou mais, foi se espalhando territorialmente pelo globo, conquistando território e se adaptando, por onde passava. Ao mesmo tempo em que somos natureza esquecemos da sua importância para nossa sobrevivência, entramos em conflito com nós mesmos, tentando nos desvincular da realidade, essa condição acabou intensificando o modo de produção e reprodução na constituição do capitalismo, a partir da usurpação da natureza, influenciando assim na relação homem com a natureza. A sociedade moderna e capitalista, com a ajuda do Estado, mascara a destruição e tenta amenizar desenvolvendo formas de “preservar” e representar a natureza, criando uma falsa relação harmoniosa entre homem/natureza. Qual a relação do homem com a natureza? Essa relação sempre é ou foi correspondida de forma recíproca?

Palavras-chaves: Sociedade-Natureza. Capitalismo. Relação.

Abstract

The guiding principle of this article is to demonstrate that the development of man's history on Earth necessarily involves understanding his relationship with nature and the environment. When focusing on the understanding of the foundations of man's relationship with nature, we see that it goes back to a relationship of both balance and fear, in which nature “imposed” limits on the actions of man, based on the imaginary of nature as a self-aware being. When trying to identify how society's relationship with nature was constituted, we understand that when man distanced his sensitivity and spirituality from nature, he lost fear and recognized himself as a superior being, who could transform and modify his environment; from then on, man never stopped, spreading territorially across the globe, conquering territory and adapting wherever he went. While we are nature, we forget its importance for our survival, entering into conflict with ourselves, trying to detach ourselves from reality; this condition ended up intensifying the mode of production and reproduction in the constitution of capitalism, from the usurpation of nature, thus influencing the relationship between man and nature. With the help of the State, modern and capitalist society masks such destruction and tries to mitigate it by developing ways to “preserve” and represent nature, creating a false harmonious relationship between man/nature. What is man's relationship with nature? Was or is this relationship reciprocally reciprocated?

Keywords: Society-Nature. Capitalism. Relationship.

1. Introdução

Nos primórdios, as ações dos homens na terra não se realizavam sob uma lógica de dilapidação dos elementos naturais. Acreditava-se que as manifestações da natureza eram respostas ou castigos divinos, ou seja, a natureza não era vista com um bem de riqueza para exploração e ambição, ela era compreendida como fonte de alimento e de dependência do ‘habitat’ onde o homem vivia (PASSMORE, 2011; HARVEY, 2015).

Mariano (et al., 2011) observou que desde a fase primitiva e nômade da humanidade há uma nítida relação do homem com a natureza. Entretanto, com o passar do tempo e com o desenvolvimento humano e sociocultural, os termos da relação foram mudando, fazendo com que gradativamente os humanos se sentissem superiores em relação a outras espécies, pois, se constituía como um ser pensante que possuía o poder de escolha e de tomada de decisões,

diferentemente dos outros animais. A visão de que todas as coisas existem para o servir encorajou o homem, de um modo particular, a ver a natureza não como algo a ser respeitado, mas sim como algo para ser utilizado (PASSMORE, 2011). O surgimento de tecnologias e a elaboração dos objetos técnicos permitiu a ampliação da noção de dominação.

No entanto, o homem, como sociedade, desvincula-se da natureza de forma alienada, buscando formas de satisfazer suas necessidades, realizando-se através da apropriação e transformação da natureza. Compreender e entender o processo de produção/reprodução do homem é também tentar entender, no mundo atual, como o sistema capitalista influencia na relação do homem com a natureza e na apropriação dela, muitas vezes de forma indevida, reforçando um discurso de que a natureza se realiza como recurso natural, revelando assim como o trabalho e a transformação do meio exercem papel importante no processo incessante de busca de realização da humanidade sob a égide do capitalismo.

No processo histórico de construção social do homem, o Estado é construído como uma instituição mediadora da relação do homem com a natureza, organizando a sociedade, construindo pontes para a fundamentação das relações econômicas, políticas, educacionais, sociais. Não obstante, à luz do desenvolvimento da história do capitalismo como processo de sociabilidade humana e universal, os estados-nação aparecem como agentes político-econômicos focados na defesa de seus interesses de ampliação das estratégias de acumulação de riqueza e poder, fazendo com que o campo ambiental seja deixado de lado, mesmo reconhecendo a fragilidade dos recursos naturais. A busca da acumulação e reprodução do capitalismo induz a sociedade a perda da sua sensibilidade como ser humano, construindo assim relações coisificadas em que o humano é diminuído a uma etapa do processo de reprodução ampliada do capital, que muitas vezes recebe o apoio do poder público, perpetuando ainda mais o poder do capital.

O trabalho, como atividade material, ajudou a transformar a relação do homem com a natureza, sendo resultado do processo de construção da relação da humanidade com o seu entorno, e possibilitou ao homem se realizar (como indivíduo, como sujeito social e o seu meio). O trabalho, no contexto histórico, foi diversificando as atividades realizadas pelo homem e ampliando suas possibilidades de ação. Ao contribuir com as transformações do mundo, o trabalho, ao mesmo tempo em que liga o homem à natureza, causa estranhamento com a própria natureza, através da alienação causada pela forma de produção e reprodução imposta pelo sistema capitalista.

O Estado é um dos principais agentes na constituição da relação sociedade natureza, pois ele tem o poder de organizar a sociedade e criar leis, a fim de construir uma ordem social, que deveria ter como princípio buscar melhorar a vida de todos. Mesmo reconhecendo a fragilidade que a natureza possui, não há um forte empenho para a manutenção da natureza, somente um empenho para a manutenção e reprodução do sistema capitalista, visando a perpetuação do capital, o que necessariamente põe a humanidade em um estágio avançado de risco em relação a questão

ambiental e, no limite, a possibilidade de reprodução da própria espécie, ou seja o capital se reproduz em uma condição sociometabólica que impõe ao mundo uma crise estrutural ampla e universal (MÉSZÁROS, 2011, p.10).

A discussão sobre o ambiente e o futuro da vida comum e da natureza tomou forma no final do século XX, durante a década de 60, quando alguns eventos naturais tomaram conta da pauta mundial e emergiram alguns movimentos sociais que tinham como ponto de interesse a luta contra o modo de produção e a devastação dos ambientes naturais que a ação industrial acarreta. O poder público entra no debate ambientalista a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que ocorreu na Suécia, mais especificamente em Estocolmo em 1972, tendo maior preocupação o tema da escassez de recursos, índices de poluição e desigualdade sociais e econômicas entre os países.

Embora os discursos ambientais sejam variados, foi o desenvolvimento econômico que engendrou os diferentes discursos ambientais, pois a relação sociedade/natureza é formada de materialização do modo de produção. Temos necessidade de conceber uma nova relação sociedade/natureza e não simplesmente mudar de modo de produção, pois existem outros modos de produção, mas possuem os mesmos problemas. É necessário procurar desenvolver formas de apropriação que considerem o ecossistema como um todo, ou o ambiente (MARIANO et al., 2011, p.168).

Ao mesmo tempo em que somos natureza esquecemos da sua importância para nossa sobrevivência, entramos em conflito com nós mesmos, tentando nos desvincular da realidade. Foster (2010) salienta que segundo Marx, nós humanos transformamos a nossa relação com o mundo e assim transcendemos a nossa alienação dele, criando nossas próprias relações distintamente humanas naturais por intermédio das nossas ações e práxis.

Construída de forma teórica, tendo como fundamento uma revisão crítica e sistemática da relação da sociedade com a natureza com base nas transformações do modo de produção capitalista e os impactos derivados da sua constituição e reprodução ampla, esta pesquisa se dá em âmbito qualitativo, sendo realizada através de um levantamento de artigos de literatura científica qualificada sobre a temática.

A revisão teórica preliminar sobre a relação sociedade natureza à luz do capitalismo tem como objetivo revelar, através de um olhar geográfico integrador, as implicações do comprometimento da natureza acompanhando os conflitos e contextos apresentados na compreensão da produção social da natureza, das relações entre o capital e o trabalho, além de discutir o papel do Estado como intermediador dos termos históricos e geográficos acerca da valorização da natureza e da introdução da crise ambiental como condição de reprodução do mundo atual.

Do ponto de vista teórico e metodológico esta pesquisa é constituída através de uma revisão bibliográfica direcionada, no intuito de compreender os termos da relação sociedade e natureza. Como lastro metodológico foram identificadas três categorias fundamentais para ajudar na

compreensão dos processos de apropriação, dominação e uso da natureza como recurso para o desenvolvimento da vida em coletividade baseada no modo de produção e reprodução da capitalista. Assim, com a ajuda da análise de conteúdo de Bardin (1977) aplicada ao corpus da pesquisa, foi possível identificar: Sociedade/Natureza, Capital/Trabalho e Estado, como guias condutoras para a compreensão do fenômeno estudado.

Utilizando o método científico de Análise de Conteúdo, desenvolvido por Laurence Bardin (1977), foi construída uma categorização do tema com base no material lido e nos principais debates construídos para o entendimento da relação sociedade e natureza, metodologicamente este é um dos principais agentes norteadores da pesquisa em questão. Como procedimento metodológico preliminar, a pesquisa tomou como parâmetro a sistematização de artigos acadêmicos vinculados a periódicos científicos classificados nos estratos A1 e A2 do Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), possuindo um recorte temporal de dez anos de (2009-2019), perfazendo uma amostra de doze artigos diretamente relacionados ao tema.

Os artigos tiveram como critério de seleção as palavras-chave relacionadas ao objeto de estudo deste trabalho, com ênfase em textos que tratam sobre a relação sociedade natureza, orientando o processo de escolha dos artigos nas revistas selecionadas para a partir deles elaborar a Análise de Conteúdo. A análise realizada tem como objetivo refletir criticamente e compreender de uma forma mais aprofundada os textos dos conteúdos já existentes sobre a relação da sociedade com a natureza, possibilitando a construção de um universo categorial da análise e correlacionando os elementos, permitindo um aprofundamento temático sobre o objeto de estudo.

É possível verificar no quadro abaixo o conjunto síntese dos autores e dos títulos dos artigos que será tomado como *corpus*¹ da análise.

Tabela 1. Referência dos doze artigos separados por autor, título e ano de publicação.

AUTOR	TÍTULO	ANO
Eduardo Corrêa Marrone e Carlos Roberto da Silva Machado	A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade.	2010
Sérgio Almeida Loiola	Do espaço e tempo ao espaço-tempo: dimensões e marcas.	2010
Ana Tereza Caceres Cortez	O lugar do Homem com a natureza.	2011

¹ É o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras.

Zilda Fátima Mariamo, Iraci Scopel, Dimas Morais Peixinho e Marcos Barros Souza	A relação homem-natureza e os discursos ambientais.	2011
Adriana Marques Rocha; José do Egito Araújo da Mota	Cultura e natureza nas sociedades modernas: Ensaio sobre as relações entre homem e natureza nas sociedades produtoras de mercadorias. Sobre discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção.	2011
Guilherme Magon Whitacker	Relação Sociedade-Natureza no pensamento geográfico: reflexões epistemológicas.	2013
Jovenildo Cardoso Rodrigues e Jondison Cardoso Rodrigues	Crise ecológica, escassez hídrica e ideológicas: uma análise crítica da carta de 2070.	2014
Eliano de Souza Martins Freitas e Rogata Soares Del Gaudio	Capitalismo e destruição ambiental.	2015
Nildo Viana Adriane de Sousa Camargo	Capitalismo e sua Geografia: uma entrevista com David Harvey. Uma questão de poder: consumo sustentável e suficiência ecológica como discursos alternativos em prol da sustentabilidade.	2016 2018
Marco Paulo Vianna Franco	O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências.	2019

Fonte: Os autores (2022).

A Análise de Conteúdo já se tornou um clássico nos estudos das ciências humanas, sendo utilizada há muitos anos como forma de aprofundar questões que precisam ser discutidas de forma detalhada e em profundidade. Propõem-se que o objeto de análise ganhe uma validação acadêmico-científica através do uso desta metodologia. As aplicações se dão em múltiplas ordens, tendo respaldo tanto para análise de questões políticas, como para resolução de conflitos.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior

rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

Com a constituição de novas formas sociais, a análise de conteúdo também foi se modificando e sendo adequada para cada grupo que a utilizava, tanto para o uso de pesquisas de estudo científico, como para a psicologia clínica, questões populares de problema sociais, e etc. A análise de conteúdo em si é um método empírico que tem como base a necessidade de identificação de um objeto principal a ser analisado ou prescinde da necessidade de uma mensagem para que o leitor compreenda o que esteja sendo proposto, até mesmo para o próprio pesquisador poder realizar a construção da pesquisa, se perguntando como indica Bardin (1977,): O quê?, por quê?, como?, onde?.

É importante destacar que a categoria “Sociedade/Natureza” ao mesmo tempo em que se configura como tema se apresenta como meio de compreensão da produção do homem e do seu espaço, por isso que ela aparece como a primeira categoria a ser identificada no trabalho, revelando assim a sua dupla condição. Depois de um exaustivo processo de leitura, revisão e reflexão, a escolha dessas categorias se deu pela pertinência das mesmas como chave de interpretação da relação da sociedade com a natureza no mundo atual. É possível destacar que a separação de cada uma delas reforça sua pertinência e ajudará a compreender como essa relação se dá.

Neste sentido, buscar-se-á construir narrativas geográficas sobre como o modo de produção e reprodução do capital influencia diretamente no sentido da relação sociedade x natureza, apontando para cenários de desequilíbrio e desigualdade. O método de Análise de Conteúdo assim orientará as reflexões teóricas e os conteúdos encontrados serão tratados sob uma perspectiva crítica, assumindo assim que a revisão da bibliografia será construída a partir de autores que seguem essa mesma corrente teórica, dando ênfase aos autores da Geografia que discutem esta questão, conhecida como Geografia crítica (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014).

2. Resultados e Discussões

A partir do momento em que os humanos aprenderam a dominar os elementos da natureza foi possível perceber uma dessacralização do natural, permitindo um afastamento da natureza em relação ao conhecimento mitológico, possibilitando um distanciamento e uma dissociação do homem perante a natureza, imprimindo agora uma nova forma de estabelecer as relações, o que modificou toda a configuração do ambiente existente, construindo um novo sentido para o desenvolvimento histórico da humanidade (PASSMORE, 2011; HARVEY, 2015).

O homem precisou se adequar às condições do meio natural do seu habitar, que o obrigava a mudar seu modo de vida em função das características geográficas dos lugares em que se instavam. Porém, isso mudou quando o homem rapidamente percebeu que não precisava se realocar e começou a passar de usuário a competidor da natureza (CORTEZ, 2011; RODRIGUES; RODRIGUES, 2014).

Os homens, por sua vez, diferenciando-se dos outros animais, fizeram com que a natureza o servisse, dominando-a. Essa mudança de postura fez com que o ser humano se entendesse como mais especial do que os demais animais, fazendo com que a natureza fosse construída e modificada, possibilitando assim a emergência da noção de segunda natureza presente no pensamento marxista (PASSMORE, 2011; MARRONE; MACHADO, 2010).

Sociedade/Natureza

A separação do homem em relação a natureza, principalmente nas sociedades ocidentais, é percebida de forma clara quando a construção de uma racionalidade centrada no humano assume o protagonismo do pensamento coletivo. Assim fica cada vez mais nítido o pensamento separatário que constrói uma relação dicotômica entre os dois termos, prevalecendo uma relação de exploração em que o homem foi capaz de reduzir o natural a parte do processo produtivo, gerador de riquezas (HARVEY, 2015; VIANA, 2016; ARAÚJO, 2019). A partir deste momento se percebe alterações agudas em múltiplas dimensões: psíquica, natural e espiritual. Assim a sociedade se desvincula da sua primeira natureza. Na idade média o espírito e a matéria já tinham se separado no entendimento dos dogmas do cristianismo, pela perspectiva aristotélico-platônica (PASSMORE, 2011).

Observando a existência desse semestre de religião, alguns homens resolveram alimentá-la, revesti-la e transformá-la em leis, acrescentando a elas suas próprias invenções sobre as causas dos acontecimentos futuros, a fim de se tornarem mais capazes para governar aos demais, usando o máximo de seus poderes (HOBBS, 2014, p. 94).

A natureza e o ambiente natural fundamentam-se como ponto de partida original de todo o processo de produção e reprodução social (espacial), mantendo o ciclo da vida nas diferentes temporalidades. Isto posto, proporciona-se, geograficamente, uma análise que atravessa fronteiras a serem compreendidas e percebidas através da paisagem e da memória adquirida em todo o processo social que interage com o holomovimento na natureza (MARIANO et.al., 2011). Sem a compreensão dinâmica da natureza não podemos ter a possibilidade de fundamentar a produção do espaço, os dois elementos são inseparáveis no entendimento da realidade, sendo assim, os termos desta relação dinâmica se constituem como um dos principais fatores formadores da relação espaço/tempo como condutores da relação sociedade natureza.

A separação do homem com a natureza ganha relevo com a entrada do modo de produção capitalista, que por sua vez modificou toda a forma de produzir e pensar da humanidade, distanciando a posição original de vida já pré-existente da condição de natureza, separando definitivamente a sociedade de sua vinculação direta com a natureza (MARRONE & MACHADO, 2010). Entretanto, é importante observar que o ser humano não deixa de fazer parte da natureza ao interagir com o meio, produzindo a si mesmo em condição social, fazendo assim a natureza humana, transformando a natureza existente.

Mariano (et al., 2011) reforça que o processo da revolução industrial contribuiu para desvincular e quebrar a visão religiosa sobre a natureza, fortalecendo o papel de dominação representado pelos humanos. A dessacralização da natureza é o reflexo direto da representação de superioridade do homem perante a natureza, imposta pela sociedade do consumo, resultado da dominação excedente da natureza. Em função disto, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico, a busca desenfreada pelo progresso, a conversibilidade da natureza em fator de produção e a busca pela acumulação da riqueza através da exploração dos recursos naturais figuram na história como dimensões mais importantes do que a busca pelo equilíbrio dos termos da relação sociedade natureza, acarretando profundos desequilíbrios ambientais, sociais, políticos, econômicos e culturais.

Para Marrone & Machado (2010) a relação da sociedade com a natureza contém, inevitavelmente, discussões sobre a questão espaço-temporal, mostrando que as marcas do tempo, paisagem e memória possuem um valor inimaginável que fazem interação com estas dimensões. Quanto mais a sociedade se transforma e se desenvolve, mais ela fica complexa, precisando de uma maior compreensão das conexões de interdependências existentes nos ambientes natural e social, que, se analisarmos, faz com que o processo geográfico aconteça através desse movimento relacional e constante entre o homem e a natureza. A paisagem se torna uma importante composição de significado ainda maior para as gerações, atuais e futuras. Percebe-se com isso a emergência de um fragmento vivo da memória histórica ajudando assim na representação sociocultural.

A partir do momento em que o ser humano começou a desenvolver tecnologias e utilizar a natureza, transformando-a, ele teve sua forma social alterada e suas relações agora se davam através desse novo contexto da evolução histórica da humanidade, principalmente com o surgimento das cidades, com a qual a separação com o campo ficou mais evidente, em função da ampliação da industrialização e a fuga da mão de obra para o trabalho assalariado e urbano (LEFEBVRE, 2019).

A natureza, então, pelo ponto de vista da produção capitalista, apresenta-se como um grande suporte para a ciência e para a tecnologia. Assim, institui-se o processo de transformação da primeira natureza em segunda natureza. O homem aparece, no cenário geral, como o

antagonista. A relação dialética de transformação da primeira natureza em segunda natureza se dá através da ação do homem a partir da realização do trabalho, que se torna o elemento central para a sua humanização (RODRIGUES, 2014).

Para Rodrigues (2014) a história da natureza é a história da divisão social e territorial do trabalho, construída na esfera das relações humanas com o passar dos anos e, portanto, a relação da sociedade com a natureza através do modo de produção capitalista se torna complexa e sensível, já que, ao se transformar o meio em função das necessidades de produção, as bases da relação sociedade natureza se transformam, mergulha-se cada vez mais no entendimento de que a natureza figura como matéria prima para o pleno desenvolvimento das necessidades sociais, colocando em risco a própria existência da natureza e corroborando com a reprodução ampliada no capital.

Marrone & Machado (2010) ainda apontam que, apesar da inteligência exaltada pelos seres humanos, não percebemos, na forma superficial que a sociedade olha para si mesma, a associação direta dos humanos com a natureza, mesmo produzindo e reproduzindo de forma energética sua relação social. Porém, esse movimento é contraditório ao movimento da natureza, pois seu tempo é diferente e possui passagem de mudanças constantes. Um desequilíbrio se forma em um movimento incessante através da realidade, possibilitando inúmeras possibilidades de escolhas e formas de ação de eventos, positivos e negativos, no tempo-espaço.

A natureza e os seus elementos extraídos como recurso passaram por um agudo processo de valorização, principalmente na utilização para fins lucrativos. O agronegócio foi um dos maiores beneficiários do capitalismo. A natureza é explorada ao máximo e tudo que é produzido a partir dela é vendido. O pequeno produtor do campo não consegue alcançar o mesmo ritmo de produção das grandes empresas do agronegócio, pois suas terras são menores e possuem menos tecnologias para ajudá-lo, muitos acabam fazendo a migração do campo para os grandes centros urbanos em busca de melhores formas de vida ou se tornam um dos assalariados dos grandes produtores do agronegócio (ARAÚJO, 2019).

O agronegócio além de conter uma grande força do poder do capital é um dos grandes responsáveis pela contaminação e utilização de forma desenfreada do meio ambiente, como, por exemplo, secando lençóis freáticos, rios, desertificando terras e contaminações por uso excessivo de agrotóxicos (VIANA, 2016). Assim, podemos dizer que os capitalistas enriquecem, porém, a natureza sofre com o grande impacto da sua utilização sem um retorno ou pausa para se recuperar e, assim, ampliando o estranhamento e as contradições apresentadas na relação do homem com a natureza.

Esse modo de vida imposto e construído, esquece que o tempo da natureza é diferente do tempo capital. A natureza passa por todo um processo até sua formação para fornecer o meio de sobrevivência das espécies, já o homem quer as coisas de forma instantâneas. O movimento do

capital vai na contramão do movimento da natureza, que tem seus limites. Os seus recursos não são infinitos, possuem carga de esgotamento e capacidade de fornecer matéria-prima para o uso da produção das mercadorias que circulam no sistema capitalista (MOTA, ROCHA, 2011).

Hoje podemos afirmar que esse desvinculo do homem e o poder sobre a natureza tem cobrado um alto preço, notadamente através da exploração dos recursos naturais, causando a desestabilização do meio ambiente. As consequências podem ser percebidas através da paisagem e da história, a evolução dos meios técnicos e a invasão do homem em todo o globo teve uma grande influência para ultrapassar o limite da natureza. Essa usurpação dos recursos se deu de forma ingênua em busca de melhor qualidade de vida e sobrevivência da população, porém essa visão mudou e foi utilizada somente para fins de produção e geração de lucro, legitimando a dilapidação da natureza para satisfazer uma necessidade criada pela própria sociedade.

Em contrapartida, Cortez (2011) revela que a preocupação com a natureza está em pauta na sociedade atual, que muitas ações são feitas para a preservação e conservação da natureza, como por exemplo a reutilização de materiais, a preservação de espécies, a substituição de matérias primas etc. Cortez (2011) entende essas ações como principal objetivo voltado para a promoção de melhores condições de qualidade de vida para a espécie humana, tendo consciência da sua profunda ligação com a natureza e total dependência dos recursos naturais.

Parte-se do pressuposto de que é urgente estabelecer uma interpretação crítica sobre a forma com que discutimos a relação sociedade natureza na atualidade, que hoje em dia está sendo mascarada com um discurso ideológico que está se tornando um grande negócio do capital, pois, percebe-se a captura ideológica das discussões acerca da necessidade de legar um ambiente equilibrado para as gerações futuras e com isso a construção da ideia de desenvolvimento sustentável que ressignifica práticas capitalistas e faz com que a depredação da natureza siga disfarçada pela compensação ambiental ou pelos créditos de carbono, entre outras práticas (WHITCKER, 2013).

O Desenvolvimento Sustentável foi tomando força nas discussões ambientais como uma alternativa possível, uma vez que discute a possibilidade de conservação ambiental com vias de manter a exploração racional dos recursos naturais, estimulando simultaneamente o cuidado com a natureza e a manutenção do processo de produção e reprodução capitalista do mundo, utilizando os recursos naturais sem uma solução definitiva do problema. A preocupação com a natureza foi camuflada e o que se estabelece como regra é a manutenção dos termos do modo de produção capitalista, com altos graus de cinismo e manipulação (WHITACKER, 2013).

O que está posto nada mais é do que a manutenção dos interesses econômicos existentes no âmbito do capitalismo a fim de que seja possível continuar a se reproduzir e lançar mão dos recursos naturais disponíveis. Entretanto, percebe-se a construção e manutenção de uma relação antagônica em que o homem tenta se desvincular da natureza, com a ajuda das tecnologias criadas,

porém, continua fazendo parte da mesma, pois não tem o controle total do meio natural. Com a mudança de pensamento e das criações das novas tecnologias vai fazendo com que o ser humano crie outra forma de natureza, derivada da incorporação de práticas sociais que legitimam o processo ampliado de reprodução do capitalismo (WHITACKER, 2013).

Whitacker (2013) questiona a todo instante a ideologia que foi imposta pelo desenvolvimento sustentável, destacando o controle social exercido pelo imaginário no que diz respeito à relação sociedade natureza no modo capitalista de produção e mostra que existe um interesse de quem possui maior controle sobre a sociedade, dominando assim todo o meio, tanto social como natural. A utilização da violência/pressão simbólica, como é tratada pelo autor, mostra que além de alienar as classes sociais e introduzir a ideologia imposta pelos grandes meios de comunicação, os processos instituídos a partir do modo de produção capitalista legitimam a dominação do homem perante a natureza.

A percepção de fraqueza e fragilidade da natureza na contraposição com o homem faz com que apareça um pensamento ecológico de preocupação com os recursos naturais, criando assim um projeto de desenvolvimento que protege o meio natural, mas que, antagonicamente, reforça perspectivas e interesses econômicos, que por fim se estabelecem como depredatórios. Esse mecanismo de dominação cria uma fantasia de satisfação das necessidades humanas e proteção das gerações futuras, mas no final de tudo só está fortalecendo a manutenção do capital, criando estruturas de produção e reprodução do seu sistema sociometabólico.

Whitacker (2013) reitera a preocupação de constantemente questionar os sentidos do desenvolvimento sustentável, pois a proposta não vem contribuindo para a construção de justiça social ou para a melhoria das condições de vida da sociedade, mostrando assim falha grave na luta de salvar e proteger o mundo. O pensamento ecológico é apresentado como uma tomada de consciência frente à crise ambiental e imposta ao pensamento humano em decorrência de uma crise mais ampla do mundo, causada pelo modelo econômico que afastou o homem da natureza, convertendo a natureza em recurso a ser explorado.

O discurso ambiental começou a tomar maior projeção na pauta das discussões políticas e sociais em meados do século XX, mais precisamente durante o final da década de 60. A luta foi abraçada por movimentos sociais que buscavam melhoria da vida sustentável no planeta, criticando o modo de produção que tinha como motor propulsor a indústria existente (MARIANO et. al., 2011).

A Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, que ocorreu em Estocolmo, na Suécia em 1972, legitimou a real preocupação com os recursos naturais e as desigualdades sociais existente entre os países em seus mais diferentes estágios de desenvolvimento. Durante a análise dos artigos, foram percebidos alguns marcos históricos acerca dos discursos ecologistas: em 1987 - Relatório da Comissão Mundial, atestava que a desigualdade é a principal problemática para a causa dos problemas ambientais e apresentou como sugestão o Desenvolvimento sustentável,

pensando nas futuras gerações que logo em seguida foi o foco principal para a reunião mundial RIO'92. Entretanto não foi negociado durante a conferência a elaboração de metas fixas com estratégias de acompanhamento, por isso, poucas coisas foram estabelecidas, mas ficou definido que o mais importante para o meio ambiente seria as mudanças sociais e econômicas; logo em seguida, no Fórum Global, foram elaboradas propostas que pensavam na relação sociedade natureza.

Um dos grandes problemas da civilização moderna, industrial e tecnológica é não ter percebido a dependência da vida humana à natureza (MARIANO; et al., 2011), mas, hoje em dia, percebe-se uma grande vulnerabilidade da população que vive com medo dos desastres naturais. Tendo como cenário a carta de 2070, considerando as possibilidades de uma crise ecológica, hídrica e ideológica, chega-se à compreensão de que há uma racionalidade que legitima a ideia de infinitude dos recursos, negando-se a entender os limites do uso dos recursos naturais, notadamente a questão da água.

Ao avançar da sociedade, ideologias foram criadas para sustentar a falsa ideia de que o capitalismo se reproduzia possibilitando o bem de todos. Entretanto, com o passar do tempo, foi-se percebendo que os recursos poderiam se esgotar, que o tempo da natureza era diferente do tempo do capitalismo. A crise ecológica surgiu como consequência da existência de um capitalismo predatório e estimulou a construção de novas concepções sobre como garantir e manter o modo de vida do poder econômico atual (MARTINS & GAUDIO, 2015).

A ideologia da conservação da natureza como elemento de garantia de um desenvolvimento econômico equilibrado se mostra como ferramenta a ser utilizada por todas as classes sociais para a construção de um mundo sustentável para todos, mas ela somente busca o desenvolvimento para manter a natureza com benefício para uma classe exclusiva, individualizando-se, assim, sem uma ação para todas as classes.

A carta de 2070 foi elaborada como um instrumento intimatório capaz de sensibilizar a sociedade aos temas ambientais, especificamente o desenvolvimento sustentável. A ideia principal deste recurso é reforçar a noção de que todas as nossas ações têm impacto direto na natureza, o que implica que quanto mais negativo for este impacto maior será o comprometimento para as futuras gerações, estabelecendo formas desumanas, com doenças, falta de recursos hídricos, miséria e uma vida mais curta. Sensibilizando o leitor e fazendo assim uma reflexão dos processos das relações de produção e reprodução com a natureza, mostrando um fim trágico para a humanidade (MARTINS & GAUDIO, 2015).

Com a finalidade de alertar sobre os problemas que surgiram por questões hídricas derivados do mal uso da água pela sociedade, a carta traz à raiz da questão que a população desperdiçou o recurso e por isso é responsável pelos problemas ambientais do futuro, mas não trata da questão capitalista e sua relação com a natureza da reprodução do capitalismo industrial

que incorpora no processo produtivo volumes absurdos de água e que muitas vezes não trata os rejeitos, ampliando os impactos ambientais que comprometem a manutenção do recurso. Muitas lacunas ficam em aberto com a carta, pois não explica como os desastres ocorrem, o que levou a ocorrer chuvas ácidas, mas escrita de uma forma que aterroriza o leitor e o preocupa mostrando um possível fim sem apontar caminhos possíveis para a reversibilidade da tragédia anunciada. (MARTINS & GAUDIO, 2015).

O retorno de doenças, o desequilíbrio climático e a poluição, nos mostram como o modo de vida sob o capitalismo impacta diretamente o meio ambiente (VIANA, 2016). A natureza sinaliza seu desequilíbrio por causa do modo atual de produção e a sociedade em seus mais diversos setores sofre, porém, esquece que é a grande causadora de tais ações, destrutivas para a própria humanidade. Seu/nosso futuro depende exclusivamente das decisões tomadas historicamente pela sociedade e suas classes sociais. Impõe-se para a agenda pública humanitária a necessidade de estabelecer frentes de luta e resistências a fim de garantir a constituição de novas forma de relação da sociedade com a natureza.

A sustentabilidade e o discurso sustentável foram desenvolvidos com a finalidade de uma melhor qualidade de vida, pensando em uma nova forma de consumo para proporcionar uma melhor qualidade de vida para as futuras gerações. Entretanto, essa nova forma ecológica acaba que se concretiza e se apropria de forma desigual e ilimitada de recursos naturais (FRANCO, 2019). A partir desse novo modelo de pensamento os grandes poderes podem jogar a culpa pela destruição da natureza para os indivíduos da sociedade por não aderirem aos meios sustentáveis, isentando-se, assim, da responsabilidade pela utilização dos recursos naturais.

Culturalmente, a sociedade possuiu uma enorme dependência na utilização dos recursos naturais nos meios de produção, dificultando uma virada paradigmática que compreenda a dimensão ecológica. Uma evolução na relação homem natureza só será entendida através do poder das suas ações negativas com o ambiente e assim buscando alternativas para novas formas de consumo. Reiterando Harvey (2015, p. 271 - 279) Cuidar do ambiente é cuidar de nós mesmos.

Seguimos, junto com Mészáros (2011, p. 51) que o aprofundamento das razões predatórias do capitalismo interfere na relação sociedade natureza impondo uma agenda produtiva que amplia a diferença entre aquilo que é genuinamente produzido para atender as necessidades humanas e aquilo que se produz como necessidade de ampliação do lucro e da acumulação capitalista. Diante disto o que se impõe é a ampliação das consequências destrutivas ampliando a destruição da natureza como única forma possível do capitalismo continuar se desenvolvendo.

Os cenários impostos pela busca por novas formas de consumo sustentável e que caminhem para interpor uma outra lógica para além desta depredatória faz com que haja questionamentos a respeito da nossa relação com a natureza, moldando assim a sociedade e sua forma de pensar e agir em prol da natureza e do ecossistema como um todo e transformando os

valores e propósitos da existência humana em sua relação com o ambiente e outros seres vivos (FRANCO, 2019), já que os recursos naturais não são infinitos e que existe um limite para a continuidade da produção e reprodução desenfreada do capital no globo.

Outro ponto importante é entender a centralidade dos avanços científicos para estabelecer o ritmo da relação do homem com a natureza. Neste sentido, é fundamental discutir que o avanço científico hoje se encontra, para além dos locais da reprodução do capital privado, nas universidades e cabe a elas ajudarem a instituir mecanismos que auxiliem na busca por novas formas de desenvolvimento e o fomento à pesquisa orientados para o pensamento ecológico, discutindo a relação sociedade natureza, tendo como uma de suas principais funções divulgar os resultados para toda a população. Estes avanços precisam ser utilizados como instrumento de porta-voz para construir uma sociedade mais sensível, interessada, fiscalizadora e propositora da defesa do conhecimento e do patrimônio ambiental. Mariano (et al., 2011) destaca que precisamos conceber uma nova relação sociedade natureza, mesmo sabendo que não é simples mudar o modo de produção existente, mas procurar criar e trabalhar formas de apropriação que considere todo o meio ambiente.

Capital/Trabalho

Com o crescimento da população, a acumulação do capital se tornou algo importante na sociedade, fortalecendo o sistema capitalista e configurando suas relações sociais. Ao mesmo tempo em que o sistema capitalista contribui de forma positiva na sociedade, com desenvolvimento de novas tecnologias, melhor qualidade de vida, mas em divergência a isso surgiu a superexploração do trabalho, a desigualdade, a violência, a degradação ambiental e a exclusão social, influenciando de todas as formas no mundo, o capital tem poder de ao mesmo tempo gerar harmonia e conflitos (VIANA, 2016).

Harvey (2015) atenta que ser humano exerceu seis estratégias para a potencialidade evolutiva: competição e luta pela existência, adaptação e a diversificação em nichos ambientais, a colaboração e cooperação, transformações ambientais, organizações espaciais e por fim ordenações temporais. O desejo de liberdade e independência do homem perante a natureza possibilitou a construção de novos hábitos, hábitos estes que ampliaram a condição de sedentarismo introduzidos através da tecnologia, permitindo o domínio da natureza. A sociedade moderna não vê a natureza como as sociedades antepassadas, os grupos humanos primevos compreendiam a natureza como algo sagrado, hoje o modo de produção e acumulação domina e molda a natureza através de uma segunda natureza construída para atender as necessidades futuras da sociedade moderna (PASSMORE, 2011).

Para que a sociedade capitalista exista ela precisa que as etapas do processo produtivo ocorram, precisa-se que exista as classes sociais, para que haja a manutenção e continuidade da superexploração do trabalho alheio. Assim, os detentores dos meios de produção e do capital podem submeter a classe que sobrevive do trabalho ao seu ritmo. Oliveira (2002) ressalta que o capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção e reprodução, impondo que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas sim o ritmo do próprio capital.

A organização social desenvolvida tem com o capitalismo uma forma de lucrar de maneira fácil, extraindo recursos naturais, tanto da parte mineral, animal etc., processos esses rápidos que não esperam o tempo da natureza se recompor, desequilibrando o meio. Entretanto esse desgaste é medido de acordo com cada sociedade e seu desenvolvimento tecnológico. Esta condição permite ampliar o poder de dominação para com a natureza, aumentando assim suas formas de produção (OLIVEIRA, 2002).

A produção está ligada ao homem e a sua história, e com isso ela molda as relações com o mundo do trabalho e com a natureza através do processo de reprodução do capital. A estruturação do modo de produção capitalista existe por conta da natureza, que através da lógica de apropriação pode se construir, produzindo ações de transformação real ao se reproduzir reações entre si e com a natureza (RODRIGUEZ, 2014). Assim o capital transforma a natureza em algo novo, dando a ela valor e com isso criando necessidade de consumo, esse molde imposto faz com que a natureza seja vista de forma monetizada, sendo usada para fins lucrativos, sempre.

O fetichismo criado pelo capital aliena e a falsa sensação de satisfação é comprada/conquistada com produtos que compram ilusões do sujeito consumidor que vende sua força de trabalho e seu tempo de vida para realizar esse prazer da cultura capitalista de consumir, criando assim uma realidade paralela para o consumidor que acaba sendo alienado pelo sistema. O fetichismo causado no indivíduo favorece somente o processo de reprodução do capital, colocando em risco os recursos existentes do planeta, sendo somente importante “dar ou vender” (ROUSSEAU 2015).

O mercado com sua necessidade ampliada de produção e reprodução aliena as classes que não percebem o alto nível de destruição dos recursos naturais que acabam sendo cada vez maior e com o tempo podem se tornar irreversíveis, promovendo a extinção da espécie humana (VIANA, 2016). O capitalismo para existir depende da natureza, bem como a própria humanidade, no entanto, a relação da sociedade com a natureza entra em conflito.

A relação do ser humano com a natureza é determinada pela relação entre os próprios seres humanos e somente transformando esta se pode transformar aquela. Ao invés do utopismo (utopias abstratas), é necessário recuperar a utopia concreta de uma sociedade autogerida, na qual a relação entre os seres humanos em sua totalidade permita a emancipação humana e o reencontro do ser humano e a natureza (VIANA, 2016, p.189).

A cultura humana construída da mercadoria induz a reprodução do imaginável, do novo. Para contemplar as necessidades humanas sem pensar em todos, nos distancia da natureza. O egocentrismo que o capitalismo causa no ser humano fala mais alto sem querer saber se somente, por exemplo, um único grupo vai se beneficiar e os outros não, resultado desse produto é a ampliação assim da desigualdade.

Todo o processo e transformação que a humanidade realiza na natureza é uma forma concretizada; é uma segunda natureza, que por sua vez não deixa de ser um produto natural, pois até hoje nunca vivemos a natureza, apenas nos relacionamos com ela (ROCHA, 2011). A capitalização da natureza para fins lucrativos cria uma forma de destruição ambiental que não é vista, pois a alienação pela mercadoria não é reconhecida e assim os recursos naturais são comprometidos e conseqüentemente o ambiente é desequilibrado, fazendo com que a maioria da sociedade sofra com os impactos destas perturbações.

A produção ilimitada, para Silva (2011), é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não satisfação das necessidades básicas, resultando muitas produções fúteis que visam o ganho do capital. Hoje, o capitalismo domina o mundo, tendo a facilidade de se manter fluido nos espaços territorial e econômico, desenvolvendo seu processo e suas contradições que de certa forma geram problemas ambientais, já que sua forma é crescente e o tempo da natureza não. O capitalismo não possui limite para o seu crescimento e imaginar a sociedade sem limites é ainda mais difícil, principalmente porque o que se reforça é um sistema cada vez mais predatório.

Para Cortez (2011) o avanço tecnológico e a ciência tiveram um papel importante na construção da sociedade capitalista, pois a busca e as descobertas tiveram impacto direto na degradação do ambiente e tudo para que a produção e reprodução continuem avançando. Essa estruturação se dá com a sociedade e seu tempo histórico de apropriação da natureza.

Mariano (2011) reforça a grande importância que a revolução industrial teve para ruptura dos dogmas religiosos, tirando a visão sagrada da natureza, em busca do domínio e desenvolvimento econômico. Essa contribuição ocorreu principalmente de forma significativa, para ampliar o impacto causado durante o período industrial que visava somente a ampliação de lucro com o uso irrestrito da natureza, mesmo sabendo dos riscos de esgotamento.

O mecanismo das máquinas impulsionadas com as teorias newtonianas e cartesianas ganharam força e influenciaram assim a uma mudança de pensamento evolutivo, principalmente para o capital que viu uma grande possibilidade de ganhar ainda mais poder financeiro, as máquinas fizeram com que o homem tivesse capacidade de domínio e gerência sobre a natureza de forma ainda mais feroz.

A natureza é vista como recurso para o capital, tornando-se objeto, sendo dominada e possuída. O solo ou a terra se tornam um elemento de grande valor para o sistema capitalista de

produção, a sua utilização pela indústria da agricultura é intensificada, gerando esgotamento do solo e desequilíbrio. O agronegócio se torna interesse do capital, o desenvolvimento tecnológico para as grandes produções desestrutura e desequilibra os pequenos produtores que não possuem estrutura para competir com os grandes produtores, o agronegócio faz com que muitos camponeses desistam de trabalhar com a terra e acabam por compor o conjunto dos trabalhadores assalariados dos grandes centros urbanos.

(...) a chamada modernização agrícola oculta um negócio de alta lucratividade, que envolve a comercialização de terras, sementes e venenos e todo um aparato tecnológico, planejado para consolidar a hegemonia do sistema capitalista e a concentração do poder do capital externo nas decisões sobre políticas de desenvolvimento em cada país, em cada continente (ARAÚJO, 2019, p.116).

O capitalismo tem como pilar principal a propriedade privada, a agricultura, os grandes meios econômicos de produção e reprodução, formando assim as relações sociais ao decorrer do tempo histórico. Que foram possibilitadas através das forças produtivas da sociedade e da força de trabalho, diferenciando o homem dos demais animais e transformando a primeira natureza em segunda. A grande mídia dissemina o agronegócio como algo bom para o desenvolvimento econômico, que essa forma produtiva traz grandes benefícios para todos, entretanto essa forma produtiva está voltada exclusivamente para geração de lucro dos grandes detentores de poder, onde ganham em cima da exploração da terra e do homem.

O capitalismo ao mesmo tempo que amplia e as relações sociais do homem com a natureza, ele a destrói com sua exploração. A criação de grandes empresas e as grandes detentoras das propriedades de terras, impulsionaram com que o homem se afastasse do campo em busca de melhores condições de vida, separando e acabando com a relação do homem com a natureza. Nesse processo a descobertas de novas tecnologias foram surgindo, gerando novas formas de produção, enriquecendo com a utilização da natureza. A sociedade capitalista é reflexo da ruptura da separação do homem com a natureza, a industrialização levou o homem para os grandes centros urbanos afastando assim do campo, essa divisão fortaleceu ainda mais o movimento exploratório dos recursos naturais, transformando em mercadoria.

A dinâmica do capital é a acumulação, tanto de poder como de mercadoria, uma produção e reprodução de forma crescente sem fim, porém os recursos do planeta têm um fim, ao mesmo tempo em que ocorre desenvolvimento da sociedade o consumo e a necessidade de produção também crescem, ampliando assim a destruição ambiental.

Whitaker (2013), através do seu olhar geográfico, acredita que o discurso ideológico foi uma grande jogada do sistema capitalista para se reinventar e lucrar em cima da defesa do meio ambiente, deixando assim oculto o real motivo da discussão que são os recursos naturais e a sobrevivência do meio.

Qualquer mudança nos padrões atuais de consumo – ou de acumulação, termo mais amplo que explicita a lógica unidirecional de um sistema econômico movido a

crescimento ad infinitum – depende fundamentalmente de uma ruptura do discurso e do poder hegemônico do consenso capitalista que, se não levada a cabo de forma organizada e consentida, de outra forma será dada tragicamente pelos limites ecológicos do planeta (FRANCO, 2019, p.19).

O modo de produção capitalista desenvolve o discurso ambiental para “manter” a sobrevivência humana, entretanto o princípio da acumulação do capital é o principal fato de instabilidade do meio ambiente. O consumo desenfreado e o desperdício de recursos são de forma metabólica irreversíveis, trazendo consequência ambientais e sociais.

O poder do capital, dentre as múltiplas possibilidades, existe com o resultado da mediação do mundo através da relação trabalho e meio, separando assim o homem da sua primeira natureza. O trabalho, como realização do homem, desenvolve-se em relação direta de apropriação com a natureza, pois é resultado da interação entre os recursos naturais e a necessidade humana de produzir elementos que a natureza não dispõe, possibilitando a elaboração de objetos e ações diversas.

(...) só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 2020, p. 431).

Harvey (2015) reflete que para os empreendimentos capitalistas existirem e preciso prevê-los se realizando no mercado, para que possam sempre manter a reprodução do capitalismo. O processo de produção, entre outras dimensões, é o resultado do trabalho que media a compreensão do homem com a natureza na sua construção histórica, transportando os conhecimentos de geração em geração.

O homem, através do trabalho, transforma a natureza a fim de atender suas necessidades, compreendendo-a como mercadoria para suprir seus interesses. Nesse processo, o homem modifica e transforma a paisagem, esse resultado geográfico é ação humana racionalizada para atender suas necessidades de consumo, o que implica em redefinição dos termos da relação homem x natureza, transformando o mundo como reflexo da sua própria humanização.

Antunes (2009) observa que os saberes científico e laboratorial se mesclam no mundo produtivo contemporâneo, aproximando o trabalho vivo à condição de força produtiva. Uma vez que não é possível substituir completamente a extração da mais-valia por máquinas, busca-se forças de trabalho cada vez mais qualificada e multifuncional, para que possam se adequar a evolução da sociedade.

As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário, que ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo interativo entre o trabalho e ciência produtiva, que não leva

(e não pode levar) à extinção do *trabalho vivo* e de sua *potência constituinte* sob o sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2009, p. 123).

Com o aperfeiçoamento das técnicas e a necessidade de transformar o meio natural, deu-se o processo de (re)produção do espaço, essa condição induziu que muitos pensadores, de forma equivocada, entendessem a técnica como a categoria fundante da construção sócio-histórica da humanidade, tornando-a uma relação social, pois, supostamente, através dela seria possível se conectar com a natureza, naturalizando o conjunto técnico como nova condição de reprodução da sociedade, fazendo com que a humanidade se distanciasse cada vez mais da natureza.

O metabolismo do sistema do capital torna possível unificar as forças produtivas das máquinas e dos trabalhadores, assim viabiliza uma alta produção/reprodução gerando ainda mais riqueza para os detentores de poder (MÉSZÁROS, 2011). Observa-se que para se legitimar a manutenção das atividades produtivas, sob a lógica da reprodução ampliada do capital, é preciso manter o consumo em uma perspectiva ascendente, dessa forma, o trabalho imaterial ganha espaço, virando estratégia e marketing para produção de mercadorias, criando-se mediações de segunda ordem para a reprodução ampliada do capital.

(...) o trabalho imaterial que inova continuamente a forma e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não se destrói no ato de consumo, mas sim se expande, transforma-se e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Desde modo, o trabalho imaterial 'não produz somente mercadorias, mas antes de tudo a própria relação do capital. (...) Que o trabalho imaterial produza ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, isso demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida, rompendo todas as oposições entre a economia, poder e conhecimento (ANTUNES, 2009, p. 127).

Antunes (2013) atenta que o homem vive da natureza, a natureza é seu corpo, com que ele tem de ficar em um processo contínuo para não morrer e manter sua existência como ser. Entretanto a natureza é deixada de lado na busca constante de transformação e essa relação do homem com a natureza no seu processo histórico resulta no trabalho como uma das formas principais de atender suas necessidades de existência, confrontando a si próprio e a natureza para modificar e transformar através de suas ações, dando condição para sua existência como homem e assim contribuindo como um dos agentes principais na mudança do espaço geográfico.

A relação entre os humanos e a natureza, que está presente na nossa sociedade, ocorre através do trabalho, que se torna indispensável na estrutura social em que vivemos. Dessa forma, a humanização do homem com a natureza ocorre através da atividade realizada pelo modo de produção, que se produz os bens materiais e os meios de sobrevivência em determinada sociedade (VIANA, 2016), a apropriação da natureza para fins lucrativos favorece o capital, que usa a natureza para se desenvolver.

Em um certo momento, nas relações de trocas, percebeu-se que os valores de trocas não estavam mais se adequando para se manter como referência de valor sob o qual a sociedade vinha se constituindo, pois, cada trabalho exercido ou produto fabricado possuía uma quantidade/qualidade ou peso diferente, assim a troca se dava de maneira injusta para quem queria adquirir alguma mercadoria ou determinado trabalho por um certo valor.

Marx (1968) observava que:

Não é correcto (sic) dizer que o trabalho criador de valores de uso é a única fonte da riqueza que produz, isto é, da riqueza material. Ele é a atividade que adapta a matéria a este ou àquele fim, ele pressupõe, pois, necessariamente a matéria. A relação entre trabalho e matéria natural é variável segundo os diferentes valores de uso, mas o valor de uso encerra sempre um abstracto (sic) natural. Actividade (sic) sistemática visando a apropriação dos produtos da natureza sob uma ou outra forma, o trabalho é a condição natural do género humano, a condição – independente de qualquer forma social – da troca de substância entre o homem e a natureza (MARX, 1968, p. 43-44).

Oliveira (2002) destaca que na relação capital x trabalho há um antagonismo, o capital nutre-se da exploração do trabalho do homem, tornando-se a relação com o homem, realizando o trabalho capitalizado entrando em contradição com o capital, ele entra em contradição com a própria natureza. Além da excessiva exploração dos recursos, existe a exploração humana. A venda da força de trabalho faz com que o trabalhador se submeta a terríveis condições de sobrevivência, tornando o trabalhador um ser coisificado, menos sensível e menos humano. Tornando-se escravo dos objetos produzidos, o homem se estranha como natureza, deixando-se alienar pelo modo que o sistema o reproduz, em uma escala sem fim. No entanto, esse trabalhador estranhado é cada vez mais impossibilitado de entender o sentido daquilo que produz e se torna alijado da possibilidade de consumir aquilo que produz, marcando o sentido do estranhamento.

O trabalho acaba sumindo quando a mercadoria ganha mais valor que o tempo gasto na produção da mercadoria, condicionando assim o desenvolvimento de atividades trabalhistas hierarquizadas, com valores diferentes um dos outros. Dividindo socialmente a sociedade, construindo as relações de acordo com foi sujeitado pelo capital, ocasionando uma desumanização através dos elementos postos. O trabalhador produz a si mesmo quando realiza o trabalho produzindo a mercadoria, entretanto, o próprio trabalhador se torna mercadoria, tão barata quanto mais mercadorias se cria (ANTUNES, 2013), desvalorizando o homem enquanto trabalhador e dando valorização a produção. A divisão de classes sociais é construída de forma distinta por conflitos na sociedade, o trabalho formado pelo proletariado é determinado pelo capital que limita suas lutas e reivindicações, alienando e moldando o processo produtivo. O trabalho é resultado do trabalhador que por sua vez reproduz e configura sua relação com a natureza.

No fundo, é a luta de classes que define a transformação social e o capital vem conseguindo impedir que a luta proletária avance no sentido da superação do capitalismo e as várias revoluções proletárias inacabadas mostraram que ela é possível, mas é difícil (VIANA, 2016, p. 186).

O capital impede que conflitos aconteçam, para manter o modo de produção e reprodução do capitalista, a existência de conflitos entre o proletariado e a burguesia caso ocorresse poderia haver a possibilidade de transformação e de mudança no modo de produção capitalista. A classe burguesa tenta manter a miséria dos oprimidos (ENGELS, 2020) e assim as divisões das classes sociais que se formam dentro da sociedade, gerando conflitos de raça, gênero etc., essa alienação garante a classe trabalhadora em uma posição estática.

A alienação não é um aspecto da luta de classes: ela é a luta do capital para existir". O processo de alienação é, portanto, vivenciado cotidianamente pelo trabalho, e a desalienação pé parte imprescindível desse processo, é a "incessante rebelião da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento". É a expressão da revolta da atividade contra a sua condição *estranhada* (ANTUNES, 2009, p. 132).

A relação homem x natureza é determinada pelos trabalhadores, que através das lutas de classes podem construir possíveis avanços na busca de alternativas ambientais e socioeconômicas a fim de não reproduzir o padrão imposto pela burguesia, através da luta pela transformação social e pela emancipação humana dos trabalhadores (ARAÚJO, 2019). Enquanto não houver uma revolução do proletariado toda a riqueza se concentrará mais e mais nas mãos dos que não trabalham (ENGELS, 2020).

O trabalho realizado pelo ser humano mantém o ciclo de (re)produção capitalista, garantindo a manutenção das empresas. Essa relação metabólica desenvolve outras relações de interação social, contribuindo para as construções mais coletivas.

De modo que menos do que falar em desenvolvimento e separação entre as diferentes esferas do ser social, menos do que tratá-las de modo dualista, deve-se perceber entre o trabalho e as formas mais complexificadas da práxis social interativa uma relação de *prolongamento*, de *distanciamento*, e não de *separação* e *disjunção*. Isso porque, pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de autoatividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução e reprodução de si como *gênero humano*, dotado de auto-controle consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade (ANTUNES, 2009, p. 145).

O trabalho se apresenta como mediador das necessidades humanas e ao mesmo tempo se realiza como ser, satisfazendo biologicamente como produtor de transformações, esse instinto biológico é resultado da sua relação e configuração com a natureza, comportando-se de forma adaptativa através de suas atividades presentes de forma orgânica, produzindo e reproduzindo como ser, como práxis social e metabólica, que precisa caminhar para além do capital.

Estado

O Estado é produto resultante da sociedade, decorrente de um processo de desenvolvimento social, para mantê-lo dentro dos limites da ordem, esse poder, surgido através da

sociedade, mas que se coloca acima da própria sociedade, acaba se alienando cada vez mais (ENGELS, 2020). No entanto, o poder corrompe os homens que comandam seus países e estados, prevalecendo os interesses orientados por interesses ideológicos de grupos e classes específicas ao invés de interesses voltados para a manutenção do bem comum, da comunidade e da sociedade. Os recursos naturais fazem parte das brigas territoriais e políticas existentes, por se configurarem como um bem importante tanto para a economia, como para a manutenção da nossa existência.

As lutas são formas de defender a falta de proteção social e política, que revelam violência e transformações ambientais (HARVEY, 2015). Ao perceber que os recursos naturais não são infinitos e para proteger os interesses econômicos, o poder público começa a realizar conferências, e elaborar legislações buscando prolongar o uso desses recursos, mas sem pensar em melhorias para a sociedade (WHITACKER, 2013)]. O desenvolvimento sustentável contribuiu para manter os recursos naturais para a classe burguesa, o poder público mantém essa ideia na sociedade sem questionamento das outras classes sociais. Uma das formas de manter esse pensamento é a culpabilização dos indivíduos pelo uso dos recursos e pela degradação ambiental, desviando a atenção dos reais responsáveis.

Os pressupostos da “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*” regulam a criação das políticas ambientais, sinalizam práticas de empresas, definem as discussões a serem desenvolvidas nas escolas, por exemplo, a partir de políticas educacionais e produção de materiais didáticos e paradidáticos. Há, ainda, a produção de conteúdos para a televisão, a delimitação das abordagens de determinadas propagandas, a realização de produções cinematográficas etc. (FREITAS, 2015, p.444).

O poder político reconhece que os recursos precisam de um controle de uso para não serem destruídos. Entretanto, culpabilizar o indivíduo, em termos neoliberais, possibilita isentar os capitalistas da culpa, o que é reforçado com a criação de políticas públicas que contribuam com ações planejadas, desfocando a atenção da real intenção de conter a degradação ambiental e a velocidade da destruição (VIANA, 2016). A criação de espaços/áreas naturais de conservação e/ou preservação não é em prol da sociedade ou do planeta, mas para defender o discurso de ‘verde’ como vantagens competitivas dos grandes capitalistas, que ao mostrarem interesses com o futuro de todos e das próximas gerações através da promoção de uma relação harmoniosa com a natureza, na verdade estão se colocando em um lugar de extração do lucro com base no discurso ambiental capaz de sensibilizar os consumidores. Assim como os grandes industriais, o poder público também é responsável pela reprodução do capitalismo verde.

Quando há planejamento de instalação de grandes projetos, hidrelétricos e minerais, a população local é expulsa em nome do desenvolvimento, ou também é expulsa para a criação de áreas de proteção restrita. No primeiro momento é o desenvolvimento que define as regras da natureza, no segundo também, pois em nome do desenfreado desenvolvimento ocorreram necessidades de proteção da natureza, ou criação de “áreas verdes” (MARIANO, 2011, p.166).

O poder público, sendo o principal mediador da relação sociedade natureza, ao mesmo tempo em que apresenta o discurso de proteção e preocupação com a natureza, é quem legitima a criação de áreas que por muitas vezes acabam com comunidades tradicionais e sua cultura.

O meio ambiente, por conduzir à ideia de ser ele um dos bens públicos mais valiosos por abranger a vida, a saúde e o bem-estar de todos no Planeta, faz com que haja uma nova orientação na forma de tratá-lo, de forma a permitir ao cidadão maior participação e à Administração Pública respostas mais adequadas em relação aos mecanismos de proteção ambiental. Oportunidades de participação e mobilização pró-ambientais são mais frequentes, atualmente, com fomento à criação de conselhos municipais, comissões ambientais, audiências públicas, dentre tantas outras formas. A participação da Sociedade, o direito (e dever) de informação e o interesse global em proteger o meio ambiente que geram uma nova transição administrativa, ou seja, de uma gestão ambiental para uma governança ambiental (ALVES, 2012. p. 23).

O Estado possui o poder de desenvolver políticas ambientais capazes de promover justiça ambiental e social, diminuindo a desigualdade e promovendo um futuro digno. Buscando formas de responsabilizar empresas e não somente o indivíduo, possuindo o poder de velar o meio ambiente, mesmo não sendo proprietário, conduzindo assim as melhores possibilidades para ajudar na preservação e na manutenção de todo o meio, mas a maioria das vezes não o faz.

Alves (2012) destaca que as medidas cooperativas dependem de políticas administrativas, econômicas, sociais e tecnológicas voltadas para os interesses ambientais nos campos nacionais e internacionais a fim de promover a continuidade da vida na Terra, garantindo para as futuras gerações a possibilidade de reprodução da vida e, com isso, possibilitar o desenvolvimento da responsabilidade ambiental.

A presença forte do Estado, o dinheiro/capital é representativo em todas as relações entre Estado territorial, território nacional, Estado nacional, nação de forma profunda e sistemática (SANTOS, 1999). O poder do capital e sua perversidade faz com que a vida seja moldada de acordo como ele quer e suas relações então é condicionada ao seu modo, tanto sua estrutura social, política, econômica, efetivando ainda mais o domínio capitalista no processo de globalização e degradação ambiental, moldando uma sociedade ainda mais individualista e mercantilizada, habituando a sociedade a um ritmo desenfreado e assim produzindo e reproduzindo suas relações.

Na política, a temática sustentável é deixada de lado, sendo muitas vezes ocultada, e a questão de um novo consumo ecológico acaba sendo menosprezada. Essa omissão atrapalha a relação de pesquisa e políticas direcionadas ao discurso sustentável, influenciando na relação da sociedade com a natureza.

Suas escolhas e preferências são construções sociais e culturais, sujeitas a discursos dominantes colocados em prática por meio da imposição de quem controla o capital político, intelectual ou social. Atos legislativos, propaganda comercial, seleção de investimentos, direcionamento de inovações tecnológicas e dogmatismo científico são ferramentas poderosas no processo de mudança dos hábitos dos consumidores (FRANCO, 2019, p.7).

O Estado acaba por não se dedicar para que haja mudança nos padrões de consumo, mantendo a desigualdade existente, reforçando que quem possui mais usa e gasta mais dos recursos. Os governos não conseguem repostas satisfatórias nos resultados do discurso sustentável e com os conflitos distributivos de acumulação (FRANCO, 2019). Os governos consideram os instrumentos econômicos de “proteção” ambiental cruciais para os processos de tomada de decisões e para a definição de políticas públicas (BELLO, 2017).

Para Bobbio (2021, p. 18), durante séculos o direito privado foi o direito por excelência. No entanto a permissão do poder público para os grupos imobiliários em áreas públicas e verdes, faz com que essas apropriações beneficiem ainda mais os interesses dessa parte do capital, construindo áreas de alto valor aquisitivo, com acesso ao verde, longe do estresse do espaço urbano, ampliando ainda mais a desigualdade que existe na sociedade.

Muitas leis são elaboradas para abnegar crises que ocorrem de forma periódicas na sociedade, mantendo as divisões da sociedade. Antunes (2013) destaca que as únicas rodas que o economista político põe em movimento são a ganância e a guerra entre os gananciosos.

Validando ainda mais os interesses capitalista, desprezando o meio ambiente, dando poder as indústrias privadas a efetivarem suas atividades e ainda mais com o incentivo de leis ao seu favor, protegendo a propriedade privada, condicionando os interesses acima da população, ocasionando assim mais benefícios aos grandes detentores de poder, alimentando a ambição de quem explora a natureza, mantendo a configuração da sociedade. Bello (2017) observa que, no entanto, o que se vê somente é a prática da adoção de pautas conservadoras voltadas para a manutenção do capitalismo.

(...) articula-se a um grande controle e concentração da terra, do poder e do capital, reproduzidos atualmente pelo entrelaçamento entre o planejamento público municipal e os interesses fundiários privados ligados ao agronegócio e que atualizam a produção da cidade e do urbano como um negócio imobiliário (VOLOCHKO, 2015, p. 43).

Deste modo, o sistema capitalista é impulsionado a manter-se, com o apoio do poder público, alimentando principalmente o agronegócio, as atividades imobiliárias e a exploração mineralógica. O sistema permite que haja uma utilização dos recursos naturais de forma visceral, desequilibrando até mesmo o próprio desenvolvimento, pois, ao mesmo tempo em que desenvolve uma certa região, uma outra região começa a apresentar problemas.

Os danos ambientais causados pela indústria são devastadores a natureza, de forma que o Estado e os seres humanos têm de lembrar que os animais são vítimas do modo de vida criado pelo ser humano e são possuidores do direito à vida e à saúde, com tudo o Estado socioambiental pressupõe uma ampla gama de providências legais e administrativas que visem à precaução, prevenção e responsabilização por riscos e danos ambientais (ALVES, 2012), buscando desenvolver pautas e leis voltadas para manutenção da vida de todos os seres é de suma

importância para conservação do meio ambiente, como a ONU salienta na Declaração da Conferência de ONU que ocorreu em Estocolmo em 1972:

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional (ONU, 1972, p. 4).

Armada (2012) pontua que há um mundo em crise ecológica que vê diminuir a capacidade de renovação dos recursos e que ao mesmo tempo se vê crescer a velocidade na utilização desses mesmos recursos de forma desenfreada pelo capital, de forma em que a (re)produção domina e acelera a degradação e o desequilíbrio ambiental.

O resultado do conjunto das crises do mundo é um outro mundo, um mundo em agonia, desesperançado e imediatista, competitivo até a medula e cego, gigante e insensível, onde não há espaço para a solidariedade. É, também, um mundo com novos problemas, que cultiva e cultua o individualismo e onde o próprio Estado vê-se diminuído (ARMADA, 2012. p.61).

O poder exercido pelo Estado acaba apoiando a ganância existente no sistema e assim fica meio termo entre os processos sociais/ambientais e entre o sistema capitalista. O poder público reconhece os problemas existentes, entretanto, não existe um confronto para estratégias de desenvolvimento sustentável. Armada (2012) observa que os novos sinais de uma nova globalização do século XXI disputam um lugar no Planeta dos Estados-nação pari passo com a velha globalização, que precisa de uma transformação no nosso modo de nos relacionarmos, através das ações humana e política para uma mudança social e ambiental.

A busca por estratégia para o planejamento de políticas públicas no campo das incertezas socioambientais e quanto ao ambiente futuro almejado diante de um equilíbrio ecológico e sustentável (SILVA, 2018), empenhando-se assim a tentar monitorar os processos das transformações sociais. Contudo, os planejamentos existentes não se mostram suficientes para atender as necessidades existentes, facilitando para que o sistema capitalista aproveite das brechas e vantagens existentes dos órgãos públicos para permanecer se fortalecendo e explorando os recursos e os seres humanos.

Em forma de síntese, ao percorrer as categorias destacadas para retratar a relação da sociedade natureza, percebe-se que há uma espécie de evolução no comportamento humano geral que reflete os termos da relação. Ainda que não exista uma linearidade radical, percebeu-se que com o aprofundamento do modo de produção capitalista, como aponta Mészáros (2011), indica para a destruição da natureza. Natureza e sociedade avançam desde a desvinculação do homem da sua condição de natureza até a construção de um Estado que age em acordo com os processos de

reprodução do capital e auxilia na ampliação das dissimetrias da relação sociedade com a natureza, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2. Síntese da Relação Sociedade Natureza sob a luz do capitalismo.

SÍNTESE

1° Momento	O homem se desvincula da natureza.
2° Momento	O homem se torna competidor da natureza.
3° Momento	Transformação da primeira natureza em segunda natureza.
4° Momento	Ambição pela lucratividade.
5° Momento	Uso da força de trabalho e das novas tecnologias para produção/reprodução do capital em detrimento à natureza.
6° Momento	Estado e o capital privado agindo juntos na construção da relação sociedade natureza na atualidade.

Fonte: Os autores (2022).

3. Considerações finais

Através da análise documental realizada podemos concluir que comparado com o tempo presente é possível destacar que a relação dos humanos com a natureza foi transformada para fins de beneficiar a vida econômica do homem no planeta. A exaustão de recursos naturais começou a surgir com mais frequência a partir do século XX, quando a relação do homem com a natureza foi modificada exacerbadamente através da ampliação do poder transformador da indústria e com a incorporação acelerada de novas técnicas e tecnologias de produção que agudizaram os termos da depredação da natureza.

As sociedades e as relações sociais foram se constituindo e a ambição humana por território e riquezas também. O ser humano foi se desligando cada vez mais da sua condição natural, esquecendo que ele também faz parte do natural e que sua interação com o meio, tanto espacial como social, não altera a sua condição de espécie. Pode-se dizer que o homem forjou os termos da sua relação com a natureza, naturalizando as artificialidades e eliminando do horizonte a compressão daquilo que seja propriamente natural, condicionando o próprio homem a uma relação com um mundo mediada e distante. A primeira natureza natural é diferente daquilo que hoje se

considera o quadro natural da existência, constituindo uma nova natureza transformada como ponto de partida das relações sociais (segunda natureza).

Perceber-se que a construção da sociedade, através dos milhares de anos, influenciou também na modificação da paisagem, pois ela diz muito sobre a relação homem com a natureza através do tempo. A natureza construída/transformada, por vários anos, acaba sendo provida de contexto histórico, portanto um produto social. Na proporção em que cada grupo das primeiras civilizações se instalavam no globo, ia-se fortalecendo assim as ações do homem na natureza, transformando-a de forma significativa. O homem se tornou depredador e competidor do meio natural, explorando e usurpando os recursos naturais de forma desenfreada.

Observa-se que através do trabalho, que contribuiu para que criássemos nossas práxis sociais, culturais e desenvolvendo a sociedade de forma fluida, dando concreticidade a sua existência como homem e natureza, o humano se reconhece como dono da natureza e não parte dela. O homem se deixou alienar às materialidades criadas, separando ainda mais o homem de sua própria natureza e abraçando o sistema capitalista, deixando de lado sua sensibilidade e humanização natural. O excessivo domínio do homem sobre o natural por meio do progresso, resultando na dicotomia homem x natureza, fazendo assim com que essa nova relação criada para fins de desenvolvimento econômico e assim contribui para a degradação do meio natural.

O capitalismo transforma, modifica e amplia esse frenesi do ser humano com a natureza, em que pagar e consumir o natural comercializado é melhor do que a primeira natureza. Essa relação conflituosa desenvolvida pela sociedade é resultado da busca por um controle que não possuímos pelo meio ambiente, beneficiando os grandes detentores do capital, ainda que reconheça a destruição causada por eles, a única coisa que importa é a acumulação de riquezas em todas as áreas da economia. O estado por sua vez acaba sendo liderado por pessoas influentes que acaba legitimando ainda mais essa relação, organizando a sociedade de forma hierárquica, a burguesia de um lado e o proletariado do outro, organizando assim cidades, estados e países, de acordo com seus interesses.

A mudança da relação sociedade natureza só pode ocorrer em conjunto de todos, os recursos naturais em um determinado momento vão ter seu fim e só haver um amanhã próspero para as futuras gerações se pensarmos hoje em uma mudança. O homem precisa recuperar sua humanidade, sua sensibilidade enquanto natureza e parte do processo, histórico, social que realiza através de suas práxis, se preocupando entendendo da responsabilidade como natureza. O capitalismo não vai ter um fim, ele sempre vai continuar produzindo e se reproduzindo de forma constante e continuo-a, mas cabe a sociedade cobrar tanto do estado como buscar novas formas de pesquisas e avanços ainda não descobertas menos devastadoras, para a manutenção da vida na natureza.

Referências

- ALVES, E. L. Elementos de responsividade ambiental estatal no enfrentamento dos danos ambientais. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 2, n. 1, p. 11-52, 2012.
- ANTUNES, R. L. C. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular. 2013.
- ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação. [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, G. dos S. O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências. **GEOUSP (Online)**. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 112 - 123, jan/abr 2019.
- ARMADA, C. A. S. Sociedade civil transnacional com objetivos globais. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 2, n. 1, p. 53-76, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Presses Univcrsitaires de France. 1977.
- BELLO, E. Capitalismo verde e crítica anticapitalista: "Proteção ambiental" no Brasil. **Revista Jurídica**. vol. 03, n. 48, 118-146, 2017.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Tradução: Marco Aurélio Nogueira; posfácio: Celso Lafer. – 25ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021.
- CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 22 (2011), p. 29-44.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2020.
- FEIO, A. C.; DIAS, A. C. A. de A. Relação sociedade-natureza: aspectos culturais na conservação ambiental. **Gestão Ambiental: Perspectivas, Conceitos e Casos**. Volume Especial. **Diversidade e Gestão**, v. 1, n.1, p. 103-106. 2017.
- FOSTER, J. B. **A ecologia em Marx**: materialismo e natureza. Tradução: Maria Teresa Machado. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRANCO, M. P. V. Uma questão de poder: consumo sustentável e suficiente ecológico como discursos alternativos em prol da sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, v.31, p.1-21, 2019.
- FREITAS, E. de S. Martins; GAUDIO, R. S. D. Crise ecológica, escassez e ideologias: uma análise crítica da carta de 2070. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 3, p. 439-452, 2015.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 7. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução: Rosina D'Angina. 1.ed. – São Paulo: Martin Claret. 2014.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- MARIANO, Z. F.; SCOPEL, I.; PEIXINHO, D. M.; SOUZA, M. B. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 158-170, 2011.
- MARRONE, E. C.; MACHADO, C. R. da S. A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**, v. 24, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968.

- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MUJICA, P.; FRANCISCO, P.; CHÁVES, H.; DAVIS, A. **Testemunhos da utopia**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- OLIVEIRA, A. M. S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.
- ONU – **Declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**. 1972.
- PASSMORE, J. Atitudes frente à natureza. ISSN: 2594-3766. **Revista do Departamento de História da UFPE**. v. 8, n. 8, 2011.
- ROCHA, A. M.; MOTA, J. do E. A. Cultura e natureza nas sociedades modernas: ensaio sobre as relações entre homem e natureza nas sociedades produtoras de mercadorias. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 30, p. 150 – 158, 2011.
- RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Relação sociedade-natureza no pensamento geográfico: reflexões epistemológicas. **Revista do Departamento de Geografia**, v 27 p. 211-232, 2014.
- ROUSSEAU, J. **O contrato social: princípios do direito político**. Tradução: Edson Bini. – 2ª edição. – São Paulo: Edipro, 2015.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, 1999.
- SILVA, A.; CORRÊA, A. C. de B. Relação sociedade-natureza: (re)aproximações das geografias física e humana. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009.
- SILVA, B. O. da. Particularidades político-ideológicas da crise socioambiental e os desafios contemporâneos ao serviço social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2018.
- SILVA, M. B. O. Crise ecológica e crise(s) do capitalismo: O suporte da teoria Marxista para a explicação da crise ambiental. **Revista Jurídica Direito & Realidade**, v. 1 n. 2, 2011.
- VIANA, N. Capitalismo e destruição ambiental. **Ateliê Geográfico**, v.10, n. 3, p. 179-192, 2016.
- VOLOCHKO, D. Terra, poder e capital em nova Mutum-MT: ELEMENTOS PARA O DEBATE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS “CIDADES DO AGRONEGÓCIO”. **GEOgraphia**, Ano. 17, n. 35, 2015.
- WHITACKER, G. M. Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção. ISSN: 1984-8501. **Bol. Goia. Geogr. (Online)**, v. 33, n. 1, p. 73-89, 2013.